



ISSN: 2595-5713
Vol. 03 | N°. 5 | Ano 2020

José Francisco dos Santos

CONSTRUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA ENTRE BRASIL E ANGOLA DE 1979 ATÉ O GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

POLITICAL AND ECONOMIC CONSTRUCTION BETWEEN BRAZIL
AND ANGOLA FROM 1979 UNTIL THE LUÍS INÁCIO LULA DA
SILVA GOVERNMENT

RESUMO: No presente artigo apresentamos uma síntese da relação Brasil e África, pós-governo do general Ernesto Geisel e seu ministro Antônio Francisco de Azeredo. O período é conhecido como “Política Externa Pragmática Ecumênica”, desenvolvida nessa gestão. Contudo, o que vem depois desse período? No ano de 1979, assume a Presidência do Brasil o general João Batista Figueiredo. Quem ficou com o cargo do Ministério das Relações Exteriores foi Raimundo Saraiva Guerreiro, que procurou manter o mesmo seguimento do seu antecessor. Todavia, esse período é marcado pela crise financeira mundial, a qual atingiu também o Brasil que, mesmo assim, continuou com seu apoio aos países africanos, mas agora a política não podia ser tão agressiva. Não somente o Brasil passava por crise, mas o próprio continente africano. O texto explorou a relação entre o continente africano, em especial Angola e Brasil, até o período do governo Luís Inácio Lula da Silva.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Brasil; Identidade.

ABSTRACT: In this article we present a synthesis of the relationship between Brazil and Africa, post-government of General Ernesto Geisel and his minister Antônio Francisco de Azeredo. The period is known as "Pragmatic Ecumenical Foreign Policy", developed in this administration, however what comes after that period? In 1979, General João Batista Figueiredo assumed the Presidency of Brazil. Who was in charge of the Ministry of Foreign Affairs was Raimundo Saraiva Guerreiro, who sought to maintain the same follow-up as his predecessor. However, this period is marked by the global financial crisis, which also hit Brazil, which, even so, continued with its support for African countries, but now the policy could not be so aggressive. Not only was Brazil going through a crisis, but the African continent itself. The text explored the relationship between the African continent, especially Angola and Brazil, until the period of Luís Inácio Lula da Silva's government.

KEY WORDS: Angola; Brazil; Identit

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

CONSTRUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA ENTRE BRASIL E ANGOLA DE 1979 ATÉ O GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

José Francisco dos Santos ¹

Introdução

As reflexões realizadas nesse trabalho estão centradas nos anos de 1974 e 1975; de maneira mais intensa, a partir da análise documental feita em relatórios, memorandos e telegramas de representantes do Ministério das Relações Exteriores, além de livros de memórias e de entrevistas de alguns protagonistas desse período. Neste artigo apresentamos uma síntese da relação Brasil e África, no período posterior ao governo do general Ernesto Geisel (presidente de 1974 a 1979) e seu ministro Antônio Francisco de Azeredo. Ao longo dessa gestação tivemos a “Política Externa Pragmática Ecumênica”; contudo, o que vem depois desse período?

No ano de 1979, assume a Presidência do Brasil o general João Batista Figueiredo, e quem ficou com o cargo no Ministério das Relações Exteriores foi Ramiro Saraiva Guerreiro, que tinha sido auxiliar do ministro das Relações Exteriores anterior, no que se referia à política para o continente africano, e que procurou manter o mesmo seguimento do seu antecessor. A respeito da política externa brasileira voltada para África, o diplomata Fernando de Mello Barreto, em seu livro *Os Sucessores do Barão* (2006), faz a seguinte consideração:

Guerreiro daria, ao longo de sua gestão, forte atenção à cooperação com a África. O Brasil continuaria a receber autoridades daquele continente. Assim para a posse de Figueiredo compareceram delegações de doze países da África ocidental. Na ocasião, o ministro Guerreiro deu especial atenção ao Ministro do Comércio Exterior de Angola, Roberto Víctor Francisco de Almeida, e considerou sua vinda “o primeiro passo concreto” daquele país para estabelecer “relações privilegiadas com o Brasil”. Em encontros que manteve com aquela autoridade angolana, o novo Ministro do Exterior brasileiro tratou do “pronto restabelecimento da linha aérea comercial Rio-Luanda” (BARRETO, 2006, p. 395).

Fernando Barreto ressalta a tentativa de continuidade na política externa pelo chanceler Guerreiro, no que se refere ao continente africano, com destaque para o ministro angolano do Comércio Exterior, Roberto Víctor Francisco de Almeida, que, nas palavras do chanceler brasileiro, seria “o primeiro passo concreto” para estabelecer “relações privilegiadas com o

¹ Doutor em História (PUCSP), Docente do Centro das Humanidades - (UFOB-Brasil) e-mail: jose.santos@ufob.edu.br Esse artigo tem como base fragmentos da minha tese de doutorado (SANTOS, 2015), assim como uma versão ampliada da minha comunicação no Simpósio Temático "ST 13. História da África contemporânea e representações da África no Brasil", no IX Encontro Estadual de História da Anpuh-BA, realizado entre os dias 04 a 07 de setembro de 2018 na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V, com o título: "Contatos entre Brasil e Angola de 1979 aos dias atuais".

Brasil”. Podemos inferir pela análise do chanceler brasileiro que é nesse momento que o Estado brasileiro teria algum tipo de retorno (vantagens de algum modo) pelo apoio dado a Angola em sua independência. O que podemos visualizar no conjunto de procedimentos dados nesse período, é que o Brasil continua a buscar o estreitamento de laços, como vemos em outro trecho de Fernando Barreto:

O Brasil prosseguia sua política favorável à aproximação dos países africanos, em especial dos de expressão portuguesa. Assim, durante a visita do ministro dos petróleos de Angola, Jorge Morais, em 2 de maio, foram firmados acordos entre a empresa angolana Sociedade Nacional de Petróleo de Angola – Sonangol e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). [...] (BARRETO, 2006, p. 396).

A atuação da Petrobras em Angola vai ser de extrema importância, pois o comércio de *countertrade* possibilitou que o Brasil diminuísse o impacto da “crise internacional do petróleo”, estabelecida naquela altura, e que empresas brasileiras, como a Odebrecht, pudessem se estabelecer em solo angolano. Outras preocupações continuam, uma vez que os Estados Unidos não estavam satisfeitos com a conduta do governo brasileiro de apoiar o governo angolano, desconsiderando o fato de este receber apoio da União Soviética e de Cuba em meio à Guerra Fria. Dentro dessa questão havia, ainda, a questão dos países de governos segregacionistas no continente africano, que continuavam a atacar os recentes Estados africanos de expressão portuguesa. A respeito dessas questões, o diplomata Fernando Barreto aponta que, no governo de Figueiredo,

[...] Em Moçambique, prosseguiram dificuldades e o presidente moçambicano, Samora Machel, afirmou que resistira a 350 ataques repentinos de forças rodesianas. O governo Reagan reafirmava sua preocupação com a influência soviética em países tais como Iêmen do Sul, Etiópia, Angola e Moçambique. Na África Ocidental e Meridional, o Brasil mantinha, em 1979, embaixadas em Bissau, Luanda, Maputo, Nairóbi e Pretória e representações cumulativas em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Lesoto, Suazilândia, Maurício e Zâmbia. Em agosto fora criada a embaixada em Dar-Es-Salâm, antes cumulativas com aquele no Quênia (BARRETO, 2006, p. 396).

Registramos que os problemas levantados em anos anteriores continuam a persistir na gestão de Saraiva Guerreiro, como a atuação de governos de regime de *apartheid* da África do Sul, da Rodésia, e a pressão do governo estadunidense² em relação aos governos africanos que

² O historiador José Sombra Saraiva, em seu livro *O Lugar da África* (1996), faz a seguinte consideração sobre o posicionamento do EUA: as condições econômicas severas criadas na década de 1980 coincidiriam com o endurecimento político do maior credor brasileiro, os Estados Unidos. O retorno a certas condições já quase esquecidas da dependência brasileira em relação à grande potência ocidental confundiam-se com a recuperação da hegemonia norte-americana no Ocidente. As políticas agressivas de mercado, o uso político das dívidas externas e o

tinham regimes com apoio da URSS e de Cuba. No entanto, o Brasil continua com uma política de expansão de suas embaixadas no continente africano. Todavia, esse período é marcado pela crise financeira mundial que atingiu o Brasil que, mesmo assim, continuou com o seu apoio aos países africanos; mas, agora, a política não podia mais ser tão agressiva. E não somente o Brasil passava por crise, mas o próprio continente africano. O historiador José Sombra Saraiva faz a seguinte consideração:

Na África, esfacelaram-se as esperanças construídas durante as lutas de independência. A desilusão contra os gestores africanos. A década foi mais que perdida para os africanos, pois representou o próprio desencanto com a democracia. Golpes de Estado e instabilidade política foram as marcas da vida política do continente. O abismo entre elite e sociedade ampliou-se. Os efeitos da dívida e os ajustamentos estruturais coordenados pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional tornaram o custo de vida extremamente alto nas capitais africanas. Mas a política africana do Brasil não sentiu as consequências imediatas das dificuldades que se somavam em ambos os contextos. Apesar do seu caráter realista e redução da euforia, o Brasil tentou continuar sua inflexão para a África. O último do ciclo militar, presidido pelo general Figueiredo (1979-1985), manteve as linhas gerais das condutas anteriores. Em 1983, Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o continente africano. [...] (SARAIVA, 1996, p. 188)

Percebemos pelo exposto que a permanência da política brasileira no continente africano sofria não só por questões externas ligadas à Guerra Fria, mas a própria África enfrentava seus próprios ônus, com o fim da euforia da independência e as dificuldades de reconstrução, aliados a governos que não contemplavam as ansiedades dos seus povos, cercadas por disputas ideológicas e políticas pelo poder. Um bom exemplo disso era Angola, com a Guerra Civil que durou até 2002. O comprometimento do Brasil em relação à manutenção de sua política fica evidente, como vimos, com a primeira visita de um presidente brasileiro ao continente africano, o general Figueiredo, em 1983. Ressaltamos que, antes da visita do presidente do Brasil, o chanceler Saraiva Guerreiro foi ao continente africano, como podemos observar no seguinte trecho do livro do diplomata Fernando Barreto:

Guerreiro visitou a África em junho. Esteve em Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue e Angola. Já no primeiro país visitado (Tanzânia), conforme constou do comunicado de imprensa divulgado em Dar-Es-Salâm, o ministro brasileiro tratou da cooperação com muitos cuidados e ressalvas: “com base na equidade, no respeito mútuo e na estrita observância do princípio de vantagens recíprocas” inserida “no quadro do esforço que os países em desenvolvimento fazem para atingir metas de progresso social e econômico e se orientadas pelos autênticos interesses desses países e pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas (BARRETO, 2006, p. 397).

renascimento do conceito da cruzada contra o comunismo formam os eixos da administração de Ronald Reagan nos anos 1980. O Brasil e a África sentiriam as consequências do endurecimento americano (SARAIVA, 1996, p. 186).

O chanceler Saraiva Guerreiro, que já acompanhava a política externa brasileira para a África pelo menos desde a gestão do ministro anterior, chanceler Azeredo da Silveira, sabia que o Estado brasileiro tinha que se manter ativo em solo africano, principalmente pelo fato de o governo ter permanecido muito tempo distante e, depois da Representação Especial Brasileira em Angola, protagonizada por Ovídio de Andrade Melo³, não poderia regredir em sua política. Principalmente após a desconfiança que o Estado angolano e outros países africanos, a exemplo de Moçambique, tinham diante das mudanças na postura brasileira em relação aos países africanos que foram colônias portuguesas. Sobre a visita do presidente à África, importa expormos o que discorre Fernando Barreto:

A visita a Angola, conforme constou de comunicado, daria a oportunidade para ampliar e intensificar a cooperação já em curso “no campo do petróleo”, “mediante fornecimento de petróleo e derivados, participação do Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) nas atividades de prospecção e exploração de petróleo e gás natural em Angola, com o respectivo aproveitamento industrial da cooperação técnica bilateral no setor (BARRETO, 2006, p. 397-398).

A aproximação diplomática entre Angola e Brasil vai se consolidando, principalmente na parceria para prospecção de petróleo e gás natural, por meio da Petrobras. O estreitamento da relação entre os dois países é vislumbrado na visita do ministro do Exterior de Angola, Paulo Teixeira Jorge, como podemos verificar abaixo:

[...], o Ministro do Exterior de Angola, Paulo Teixeira Jorge, visitou o país em fevereiro. Guerreiro tratou com o visitante da questão do conflito na Namíbia e explicou ter o Brasil adotado “uma linha não só consoante com seus compromissos de nação africana, mas igualmente favorável à procura de soluções pacífica” para o que chamou de “o mais grave problema da África” naquele momento. Do comunicado conjunto constou, no âmbito bilateral, terem os dois ministros ressaltado a importância dos resultados mutuamente vantajosos nos trabalhos já realizados em Angola pela Petrobras Internacional S.A. (Braspetro), “com boas perspectivas de ampliação” assinalaram o “vigoroso desenvolvimento do intercâmbio comercial mútuo, assim como da cooperação” que expandia “em domínios cada vez mais amplos”; identificaram com setores onde a cooperação apresentavam-se promissora a agricultura, alimentação, transportes e equipamentos, telecomunicações, energia, hotelaria, indústrias leves e prestação de serviços técnicos (BARRETO, 2006, p. 399).

A manutenção da política brasileira iniciada pelo antecessor vislumbrou parcerias estratégicas para o Estado brasileiro, assim como para as empresas brasileiras. A empresa

³ Ovídio de Andrade Melo foi um diplomata de carreira do Itamaraty que estava à frente da representação especial do governo brasileiro em Angola, sendo um dos protagonistas do ineditismo brasileiro na independência angolana. Para maiores informações, ver: MELO, 2009; SANTOS, 2015; 2018.

Odebrecht foi uma das beneficiadas pelos contratos entre a Petrobras e a Sonangol, para comercialização *countertrade*. Nos seus empreendimentos, a Odebrecht tomou todo o cuidado na instalação da empresa em Angola, em plena Guerra Civil. Podemos observar o cuidado que a empresa tomou:

Para preparar as lideranças brasileiras envolvidas no projeto angolano, montou-se um programa de treinamento que incluía cursos sobre a realidade africana ministrado por renomados professores de universidades brasileiras. A esses conhecimentos agregavam-se outros que, embasados em princípios e valores da organização, definiam a marca do comportamento e de posturas adotadas nas diversas situações em território angolano. Nesse sentido, Márcio Politoro, diretor das Relações Institucionais, destaca que “(...) o fundamento da Odebrecht sustenta todos os relacionamentos que desenvolvemos e quem entra na empresa assume o compromisso de compreender, concordar e praticar os valores da Odebrecht” (SANTANA, 2004, p. 118-119).

A atuação do Estado brasileiro contribuiu para os empreendimentos da empresa baiana Odebrecht, que está em Angola há 30 anos, e é a maior empregadora privada do país. A relação da empresa baiana e o Estado angolano são bem estreitas, justamente por ela ter sido a empresa estrangeira pioneira em investir no país, em plena Guerra Civil. Porém, a Odebrecht, como várias outras empresas brasileiras que atuam no continente africano, está envolvida em várias polêmicas, entre elas denúncia de trabalho escravo, como aponta a pesquisadora Daniele Martins:

A denúncia de trabalho escravo envolvendo a empresa é grave. Há muito tempo tem-se falado sobre os abusos que as multinacionais de várias partes do mundo estão cometendo na África, tanto em questões trabalhistas, quanto ambientais. A Odebrecht, assim como Petrobras, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Votorantim, Companhia Siderúrgica Nacional, Camargo Corrêa e Gerdau, recebe altíssimos empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Entre 2006 e 2012, foram US\$ 3,2 bilhões (R\$ 6,4 bilhões) oferecidos em empréstimos a companhias brasileiras em Angola. Dos 65 empreendimentos financiados, 49% deles executados pelo grupo Odebrecht.⁴

Importante salientar que, além da Odebrecht, outras empresas brasileiras de renome são citadas pelo pesquisador, sendo interessante perceber como se dá no momento atual os investimentos que o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) faz com essas empresas, em especial com a empresa baiana, que deteve 49% dos investimentos. Ainda sobre a Odebrecht, Daniele Martins registra:

A Odebrecht entrou no mercado africano através de Angola, e foi a primeira empresa brasileira a se instalar efetivamente no país. Tornou-se, a partir de

⁴ Retirado do site <http://observatoriodafrica.wordpress.com/category/brasil-africa>. Acesso em 05/08/2014.

Capanda, uma das maiores empresas da construção civil responsável por inúmeras obras públicas. Em Angola, ela tem os seus mais diversificados negócios, atuando também nos segmentos diamantífero, agronegócio e imobiliário.⁵

Para além da construção civil, a Odebrecht diversificou os seus investimentos em Angola para outras áreas igualmente interessantes e notoriamente conhecidas pelas potencialidades daquele país, a exemplo dos diamantes e do solo fértil para a agricultura. O que possibilitou o crescimento desse tipo de empresas foi o comércio de *countertrade*. Destacamos o seguinte trecho de Sombra Saraiva:

Daí o impulso do comércio bilateral entre Brasil e alguns países da costa ocidental da África, como a Nigéria e Angola. A prática do *counter-trade* entre o Brasil e a Nigéria foi um capítulo todo especial da expansão das relações comerciais entre o Brasil e África no final do governo Figueiredo e início do período presidencial de José Sarney (SARAIVA, 1996, p. 195).

Governo José Sarney

O comércio de *countertrade* foi importante naquele momento do ministro Guerreiro Ramos, embora os sinais da crise financeira, como já exposto, não possibilitavam o vigor de outrora. Nesta conjuntura, o governo do presidente José Sarney vai procurar manter a política externa para África; no entanto, os percalços são maiores. A respeito dessa questão, Sombra Saraiva discorre:

O governo Sarney atuou dentro dos limites impostos pela negociação da dívida externa e pela instabilidade econômica interna, de forma a não deixar morrer o ímpeto da política africana do Brasil. Os próprios dados comerciais mostram que, apesar do claro declínio em relação ao governo Figueiredo (só no ano 1986 o comércio do Brasil com a África caiu em cerca 50% em relação ao ano anterior) a participação das exportações para África ainda apresentava certa importância. Oscilando em torno de 4,5% do total das exportações brasileiras para todo o mundo, as exportações na segunda metade da década de 1980 traduziam os esforços que tinham sido feitos nos anos dourados das relações Brasil-África e a ampliação do esforço exportador para Nigéria na primeira década (SARAIVA, 1996, p.197).

O governo Sarney está inserido em um momento histórico complexo de redemocratização do país, seguido por graves problemas econômicos e dívida externa avolumada, que vinha sofrendo com pressões e sanções do Fundo Monetário Internacional – FMI. Esse panorama político e econômico do Brasil dificultou a manutenção da política externa para o continente

⁵ Idem.

africano, como apontado pelo trecho acima. Contudo, é nesse momento que o Estado brasileiro participa da criação da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). Sobre essa questão, disserta Sombra Saraiva:

[...] Em 1989, o presidente José Sarney reuniu, em São Luís do Maranhão, a primeira cimeira dos chefes de Estados e do governo do Brasil e países africanos de língua oficial portuguesa. Em São Luís foram aprovados os objetivos comuns que integrariam tais países no Instituto Internacional da Língua Portuguesa [...] (SARAIVA, 1996, p. 229).

Governo Fernando Collor de Mello

Todavia, nos anos de 1990, o presidente Fernando Collor de Mello adotou o neoliberalismo como política econômica e, conjuntamente, uma política externa mais direcionada para os países tidos como “desenvolvidos”, deixando em segunda instância as relações que se estabeleciam com países em processo de desenvolvimento. A respeito desse período, o historiador Paulo Fagundes Visentini, no livro *A África na Política Internacional* (2010), faz uma síntese que nos interessa:

A ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990, abriram nova fase de relativo distanciamento em relação à África. A visão estratégica contida no Consenso de Washington, que orientava a nova elite brasileira, enfatizava as relações verticais Norte-Sul, em lugar das relações horizontais Sul-Sul. No contexto do fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão neoliberal da globalização e voltada aos países da OCDE. O declínio comercial que se seguiu era fruto dos planos de ajuste dos dois lados do Oceano, da retirada do Estado do financiamento das exportações de muitos ramos da economia e da necessidade de comprar petróleo da Argentina, como forma de equilibrar as relações comerciais dentro do Mercosul (VISENTINI, 2010, p. 221).

Governo Itamar Franco

Por todas as questões apontadas por Visentini, houve o afastamento da política Sul-Sul, que vinha sendo desenhada desde Jânio Quadros (1961), que foi interrompida no governo da Ditadura Civil-Militar de Castelo Branco (1964), retomada por Costa e Silva (1967) e tem seu ponto alto no governo Geisel. Contudo, o governo de Collor foi conturbado, culminando em *impeachment*, quando assumiu seu vice, Itamar Franco. Visentini faz considerações pertinentes sobre o governo do presidente Itamar Franco:

Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, depois, Celso Amorim como chanceleres, voltou a haver certa visão articulada quanto à política africana. Foram selecionados alguns países-chaves como prioritários, e neles concentrados os limitados esforços. A nova África do Sul, Angola e Nigéria eram os principais focos da política externa brasileira, que buscava atingir os vizinhos através destes. Em 1993 Itamar Franco reativou a ZoPaCas e, no ano seguinte, realizou um Encontro de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília. Mais importante, contudo, foi o apoio bilateral e multilateral (via ONU) ao processo de paz e reconstrução em alguns países do continente, especialmente em Angola (VISENTINI, 2010, p. 221).

Governo Fernando Henrique Cardoso

Registramos que, mesmo com a tentativa de reaproximação, as iniciativas não tiveram a mesma intensidade que discurremos ao longo deste trabalho. No governo FHC o cenário não se altera. Visentini discorre sobre o lugar da África nesse momento:

No governo FHC (1995-2002) o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto, mas houve algumas iniciativas importantes e certa inflexão ao longo do segundo mandato, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas pelo governo Lula. A partir de 1995 o exército brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países. Em 1996, Cardoso visitou Angola e África do Sul, firmando acordos e várias áreas, em 1998 o presidente Mandela veio para o Brasil. No ano 2000 aquele país assinou um Acordo com o Mercosul (VISENTINI, 2010, p. 222).

Visentini enfatiza que, no período do governo FHC, a reaproximação do Brasil em relação aos países africanos foi bem reduzida, ou quase inexistente, embora algumas iniciativas tenham sido tomadas, a exemplo da missão de paz enviada a Angola, em 1995.⁶

⁶ No dia 19 de setembro de 1995, o Pelotão de Polícia do Exército, juntamente com a 3ª Companhia de Fuzileiros, a Companhia de Comando e Apoio e o Estado-Maior, compostos por militares do 72º BIMtz embarcou no navio NDCC Duque de Caxias, da Marinha do Brasil, ancorado no Porto do Recife, partindo com destino ao Porto de Lobito, em Angola, onde chegou no dia 03 de outubro. Do Rio de Janeiro também partiram outros dois navios, o Ceará e o Rio de Janeiro, conduzindo parte do efetivo, juntamente com as viaturas, com destino a Angola.

O Brasil, dentro do contexto mundial e apoiando decisão da ONU, na tentativa de estabelecer a paz em Angola, resolve mandar um Batalhão do Exército Brasileiro para participar de uma operação conjunta de Força de Paz, com Exércitos da Romênia, Índia, Coreia do Sul, Uruguai e Portugal. O Batalhão do Exército Brasileiro, denominado "Batalhão Angola", era composto por 6 Companhias: Comando e Apoio, Companhia de Serviços, três Companhias de Fuzileiros e uma Companhia de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

A Companhia de Comando e Apoio era composta de 6 Pelotões, assim discriminados: Pelotão de Apoio de Fogo, Pelotão de Reconhecimento, Pelotão PE, Pelotão de Comunicações, Pelotão de Comando e uma Seção de Comando. Extraído do site: <http://www.4bpe.eb.mil.br/paginas/links/angola.html> . Acessado em 25/08/2014.

Cumprir observar que no XXVII Simpósio Nacional de História, ocorrido na cidade de Natal entre os dias 22 e 26 de julho de 2013, em conversa informal com um expositor que também é militar membro do exército brasileiro, ele me disse que participou dessa missão em Angola. Comentou que não podia interferir no conflito, que presenciou um homem em uma bicicleta, que havia adquirido mantimentos junto a essa missão e, quando saiu manobrando a bicicleta, passou por uma mina e explodiu. O homem, nesse momento, não sofreu nada; no entanto, na tentativa de pegar o mantimento que estava no chão, outra mina explodiu e aí o homem faleceu (ao contar isso, o militar ficou com lágrimas nos olhos).

Governo Luís Inácio Lula da Silva

Contudo, no período do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva acontece uma política de restabelecimento dos vínculos com o continente africano.⁷ Podemos dizer mais ainda, pois, em 2003, quando assumiu a Presidência da República, uma das primeiras leis que assinou foi a 10639/2003, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, o que demorou muito tempo, tendo em vista as contribuições que os povos vindos de África deram para a formação do Brasil.

O cenário diplomático criou políticas afirmativas para os homens de outros tons de pele (negros e mestiços em geral) terem condições de ingressar na carreira diplomática. Ressaltando que, no corpo diplomático brasileiro, temos casos raros, como o embaixador negro Raimundo Dantas, na década de 1960; mas, ao longo da história do Itamaraty, o número até hoje é pequeno. Necessário destacarmos a política do governo Lula. Segundo Visentini,

Desde o início do governo Lula, em 2003, a diplomacia brasileira tem dado atenção especial à África, intensificando os laços com o continente, pois o Brasil passou a desenvolver uma diplomacia “ativa e afirmativa”. Uma visão estratégica e uma perspectiva coerentes são as novas bases das relações Brasil-África, tomando-se o principal foco da chamada Sul-Sul. Relações bilaterais e multilaterais tem se desenvolvido de maneira notável nas áreas do comércio e investimento (principalmente nos setores petrolíferos, de mineração e infraestrutura), saúde, ciência e tecnologia, diplomacia e mesmo segurança e defesa (VISENTINI, 2010, p. 222-223).

Todavia, a política externa estabelecida no governo Lula foi alvo de críticas, pois alguns a denominaram “imperialismo *Soft*”⁸, haja vista que esse retorno de aproximação do continente africano não trazia retorno financeiro, a exemplo da China, que faz negócios mais rentáveis em África do que o Brasil. A respeito da política internacional para a África, explana Visentini:

Brasil, China e Índia são os novos atores na política internacional africana. Após um longo período de distanciamento a sociedade brasileira e as relações interestatais com a África ultrapassaram a etapa retórica e ganharam incentivo a partir do governo Lula. Os laços históricos, o elevado número de descendentes

⁷ A respeito do restabelecimento da política externa para a África, salientamos um pronunciamento que Lula fez quando era líder do seu partido no governo Figueiredo. Segundo Sombra Saraiva: Foi naquele mesmo contexto que Luís Inácio Lula da Silva declarou que “a única boa coisa” do governo Figueiredo era sua política externa. (SOMBRA SARAIVA, 1996, p.199).

⁸ Cumpre observarmos sobre o termo: para muitos com África provam a dimensão solidária do programa social do presidente Lula, numa extensão internacional das ações nacionais, enquanto outros consideram essas relações apenas uma “diplomacia de prestígio”, com desperdício de tempo e dinheiro. Finalmente, alguns as consideram pela ótica da “diplomacia de negócio”, uma espécie de imperialismo *soft*, que se diferenciaria da presença chinesa na África apenas pela sua forma e intensidade (VISENTINI, 2010, p. 223).

africanos no país e o debate interno em relação à igualdade racial estão presentes na perspectiva brasileira em relação à necessidade de um relacionamento mais próximo e cooperativo para com os parceiros africanos. Entretanto, os pilares estratégicos e econômicos dessa recente aproximação são mais importantes: ainda que o continente africano apresente níveis alarmantes de pobreza, não há estagnação na região, fato que propicia um papel importante para projeção mundial brasileira (VISENTINI, 2010, p. 223).

Neste contexto, importa salientar como a política implementada pelo governo brasileiro no Continente africano é vista pelos angolanos. Tivemos oportunidade de entrevistar em Luanda, no dia 05/06/2014, o ex-ministro da Casa Civil de Angola, Dr. Carlos Maria da Silva Feijó⁹, e buscamos fazer com que ele abordasse suas percepções a respeito das relações com o Brasil em comparação com as relações que eram estabelecidas com Portugal. Vejamos:

A única diferença que tem entre Brasil e Portugal é que o último foi uma potência colonizadora de quinhentos anos, portanto a relação vai ser maior; os nossos pais iam para Portugal estudar, trabalhavam aqui para metrópole portuguesa, essa era a razão. Não é que um faz mais que o outro, é uma razão histórica. Estiveram cá mais presentes [português] e durante esses quinhentos anos fizeram filhos portugueses em Angola, nasceram cá... o primeiro ministro de Portugal nasceu aqui¹⁰, o atual governo português tem cinco ministros que nasceram cá; não poderia ter acontecido com o Brasil, mas isso é sobre a relação, mas sobre a relação econômica etc. comercial, a relação com o Brasil é forte demais. O Brasil começou a ter uma presença econômica mais forte que Portugal. A Odebrecht e a Petrobras entraram aqui cedo demais, o facto do Brasil ter reconhecido Angola tão cedo tem disso tirado partido na relação na relação Brasil/Angola... Portugal/Angola há sempre um belisco. Em outubro de 2013, o presidente José Eduardo dos Santos chegou a dizer que o diálogo estratégico com Portugal tem que ser suspenso, [...] Já com o Brasil nunca, pelo contrário. A nota que quero passar é que o Brasil tirou do ponto de vista político, comercial e cultural do fato de ser uns dos primeiros ou o primeiro a reconhecer a independência de Angola.¹¹

Podemos observar que o Dr. Carlos Feijó faz uma nota sobre a relação entre Brasil e Angola em que o fato de o Estado brasileiro ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola foi o que possibilitou uma relação privilegiada nos aspectos político, econômico, cultural, entre outros. Mediante a relação entre Portugal e Angola, refere que apresentam suas tensões, o que não ocorre com o Brasil. Indagamos qual foi a sua visão da política externa brasileira em Angola, quando foi ministro da Casa Civil:

⁹ Carlos Maria da Silva Feijó, além do cargo de ministro da Casa Civil que ocupou, é Professor Titular/Catedrático de Direito da Universidade Agostinho Neto, sócio do escritório de advogados CFA – Firma de Advogados e consultor associado do escritório de Advogados Noronha Tiny & Associados.

¹⁰ Foi primeiro ministro de Portugal (de 21 de junho de 2011 a 26 de novembro de 2015). Pedro Manuel Mamede Passos Coelho, conhecido como Passos Coelho, ao que consta, nasceu em Coimbra, em Portugal, em 24 de julho de 1964.

¹¹ Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014.

Eu tive o privilégio de ser chefe da Casa Civil, em março de 2010, qual foi a feliz coincidência? Eu era chefe da Casa Civil e Dilma Rousseff era chefe da Casa Civil do Brasil, mas fomos fazer uma visita oficial ao Brasil e foi aí, em 2010, que foi assinado o acordo de Cooperação Estratégica entre Brasil e Angola, a declaração e a criação de mecanismo político de cooperação. Nessa altura, quando nós fomos, a Dilma estava já em campanha eleitoral, já nem apareceu na negociação, só encontramos com o presidente Lula. Então, a impressão que posso ter desse período é de abertura total, tanto é que foi nesse período que se alargou a linha de crédito entre Brasil e Angola para a importação de produtos brasileiros para Angola, isso diz tudo né? **Sim!** (grifo nosso) No domínio da defesa nós também, nessa altura, conseguimos que o Brasil nos prestasse apoio na delimitação da plataforma continental de Angola, a extensão da plataforma continental para levar as Nações Unidas no quadro dos direitos do mar. O Brasil tem nos apoiado nisso. Portanto, foi um momento de incremento das relações Brasil e Angola e continua crescendo.¹²

O Dr. Carlos Feijó expõe que os contatos com o Brasil foram de estreitamento em pontos nevrálgicos das relações diplomáticas, ao contrário das críticas que foram feitas do “Imperialismo *Soft*”, que Visentini expõe em seu trabalho. Inferimos que as negociações feitas, segundo depoimentos de Feijó, proporcionam aproveitamentos sólidos para ambos os lados; o Brasil, a estender uma linha de crédito para importações brasileiras em Angola, fomentaria o comércio com este país e incentivaria também a indústria brasileira. Na questão territorial, é importante salientar o suporte técnico que o Estado brasileiro deu ao Estado angolano, colaborando para a demarcação da Plataforma Continental de Angola. Registramos que as questões territoriais dentro da geopolítica eram umas das grandes preocupações do governo da Ditadura Civil-Militar brasileira. Por fim, Dr. Carlos Feijó faz a seguinte consideração dos negócios de Angola com o Brasil, em detrimento da China, questão que já mencionamos acima:

A nossa política externa é de permitir espaços para todos os países que quiserem vir cá. A China não tem o monopólio da cooperação em Angola, o Brasil não tem o monopólio, não aceitamos na nossa relação econômica a dependência de um único país, essa é bocado a ideia dos não-alinhados, não é? **Sim!** (Grifo nosso). Portanto, não podemos dizer que a China vem roubar o lugar dos brasileiros, nem o contrário. Os brasileiros vêm aqui e desenvolvem suas atividades em bilhões de dólares como os chineses fazem, na área de construção e de infraestrutura, estuda o caso da Odebrecht e ver o volume de negócios que eles têm, e na área de infraestrutura, onde os chineses também atuam... tanto que o Brasil tem uma linha de crédito no petróleo como a China; são parceiros privilegiados... temos que dividir o bolo e o Brasil tem sempre sua fatia...¹³

Não obstante, Dr. Carlos Feijó sinaliza vários pontos que, infelizmente, não vamos desenvolver com o cuidado que mereceria. Porém, registramos que a análise do ex-ministro da Casa Civil sobre a questão da China e do Brasil é pertinente para reflexões da política externa

¹² Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014.

¹³ Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014.

contemporânea. Pois, como já citados aqui em algumas passagens, a China vem ganhando espaço na economia não só do continente africano, mas mundial. Todavia, a resposta do Dr. Carlos Feijó teve como argumento a política dos “Não Alinhados”, que foi desenvolvida na Conferência de Bandung, em 1955. Esta conferência deixou fortes marcas nas instituições políticas africanas, no caso específico do nosso trabalho, mormente em Angola, justamente procurando ver o que é melhor para o seu país, independente da ideologia. Novamente comenta os empreendimentos das empresas brasileiras, tanto estatais como particulares.

Apresentamos esse breve histórico numa perspectiva de mencionarmos, mesmo que de maneira sucinta, os laços construídos entre Brasil e África, em específico Angola, pontuando rupturas e continuidades da política externa brasileira para o continente africano. Verificamos, pelo exposto do ex-ministro da Casa Civil, Carlos Feijó, que essa relação até hoje goza de considerações pelo reconhecimento do Brasil à independência de Angola. Não obstante, cumpre observar o que o pesquisador angolano Daniel dos Santos¹⁴ escreveu sobre os apoiadores da independência angolana. Embora as contribuições mútuas entre Brasil e Angola tenham a sua importância, há reticentes com relação à real contribuição de outras nações na reconstrução de Angola, o que entendemos como natural, haja vista a maneira complexa como as relações entre Brasil e Angola se estabeleceram. O autor expõe as complexidades desse processo:

A luta de libertação angolana no século XX deve ser enfocada, com sua especificidade própria, como intrinsecamente ligada à evolução das resistências provocadas pela expansão do sistema capitalista mundial. Nesta perspectiva, reduzir esta luta a uma dimensão puramente política significa limitá-la à conquista da independência, às disputas pelo poder político e menosprezar o seu alcance. A luta de libertação nacional angolana tem, em sua base, um rico conteúdo. Sua edificação é, antes e acima de tudo, uma questão de identidade cultural, elemento essencial e permanente para edificar suas instituições próprias, fundamentado no reconhecimento das diferenças, e de elaborar um projeto social, nacional e popular baseado no diferendo. Ela se desenvolve a partir do reconhecimento dos interesses e das opiniões específicas do povo angolano, e da necessidade de um debate com a participação de todos, excluindo-se os que compactuam com interesses exteriores à nação, sobre as formas de criação de riqueza (relações sociais e econômicas, forças produtivas) e sobre o marco referencial desta organização (relações políticas e exercício do poder). (SANTOS, 2001, p. 102).

Desafios para a real independência

¹⁴ O professor Daniel dos Santos (Universidade Ottawa) mantém um forte laço sentimental (é de origem angolana), mas também científico e político com Angola. Extraído do site: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a05v23n1.pdf>. Acessado em, 24/10/2020.

Daniel dos Santos nos chama a atenção para não reduzirmos o processo de independência de Angola aos acontecimentos meramente políticos, econômicos, social, principalmente, levando em conta a conjuntura da Guerra Fria. Para ele, a construção da identidade nacional é o que realmente pode levar a uma “verdadeira nação”, sendo que, para essa constituição, deveriam se excluir grupos que tivessem interesses somente em “explorar” o país.

O Brasil, além de ser a primeira nação ocidental a reconhecer a independência de Angola, tem algumas de suas empresas atuando em solo angolano logo após a independência. A citação de Santos traz a reflexão se a postura brasileira não estaria justamente enquadrada dentro de sua análise, no que se refere aos problemas para o desenvolvimento do país. Registramos que esse pensamento tem fundamento no período de colonização portuguesa em Angola. O autor escreve:

De fornecedora de escravos, Angola passa a produtora de matérias-primas (diamantes, ferro, petróleo, manganês, urânio...), produtos agrícolas (açúcar, algodão, café, sisal...) e provedora de força de trabalho barata. Para a produção da burguesia portuguesa, Angola representava, seguramente, um mercado; mas, para o capitalismo mundial, Angola era uma reserva de matérias-primas e de força de trabalho. É somente a partir dos anos 1960-1970, com a maior abertura aos investidores portugueses e estrangeiros e uma certa industrialização, que Angola se torna um mercado interessante para a produção do capitalismo mundial. Dessa forma, a dominação das indústrias de exportação acentuou a dependência da colônia em relação ao capital mundial (Torres, 1983, p.1102-1107) e a burguesia portuguesa teve então de ceder maior espaço às burguesias americana e européia. A industrialização e o desenvolvimento da empresa capitalista em Angola estavam, dessa forma, ligados ao capital financeiro português e mundial. Frágil em relação aos seus concorrentes, a burguesia metropolitana portuguesa se agarrava às suas colônias: com raríssimas exceções, a subcontratação, a *joint-venture* e a intermediação tornam-se as únicas formas nas quais a burguesia colonial podia se refugiar. As colônias, e Angola em primeiro lugar, permitiam-lhe realizar uma certa acumulação, ao mesmo tempo em que constituíam, com a imigração para a Europa e para a América, um meio ideal para solucionar o problema da mão-de-obra excedente (SANTOS, 2001, p.103).

A evolução na exploração da cadeia produtiva das riquezas de Angola por Portugal e a forma de tratamento dado à população trazem o receio do autor, na construção da Angola pós-independência, de que esse “círculo vicioso” de expropriação da riqueza angolana continuasse pelo Estado e por seus aliados. Essa preocupação faz sentido na conjuntura de Guerra Fria, na qual havia vários interesses ideológicos, políticos e econômicos. E, entre esses, o que menos contava eram as necessidades da população, como o autor aborda quando diz que Angola servia como local de exploração do capitalismo mundial. Nesse sentido, Santos reflete sobre os desafios que a Angola pós-independência tem que enfrentar para realmente tornar-se um país autônomo:

[...] África Austral. Não mais se trata de escolher entre o colonialismo ou o neocolonialismo português e a libertação nacional enquanto conquista política,

mas sim entre uma integração mundial maior ou uma integração regional. A integração mundial significa a recolonização de Angola, seja através de mecanismos regionais sob controle sul-africano, seja pelo controle direto dos centros do sistema mundial, Estados Unidos da América à cabeça. Em uma perspectiva contrária, a integração regional exigiria um compromisso segundo os interesses nacionais e sociais dos países da África Austral, em um esforço de partilha e de comunhão de bens e de recursos. Esse compromisso, condição de passagem da conquista do poder político à libertação social e da possibilidade de fazer progredir a construção da nação democrática, não diz respeito unicamente a Angola, mas a todas as nações da região (SANTOS, 2001, p.105).

Santos aponta o dilema não somente da construção da nação angolana, mas de toda a região, onde os percalços são consideráveis no processo de integração com os países do capitalismo central, mormente EUA e os países europeus. Na sua análise, essa integração com os países do capitalismo central não traria muitos benefícios à região, visto que os interesses deles são os mesmos do período colonial, ou seja, o de fornecimento barato de produtos e força de trabalho. Para alteração desse processo, o autor sugere uma integração regional da África Austral para o fortalecimento dos laços políticos, econômicos e sociais, fazendo frente ao grande capital, dando possibilidade real de negociação com os grandes países capitalistas. Evitar-se-ia, assim, a mera exploração dos recursos naturais e das populações locais, criando, dessa forma, espaço para a construção de uma democracia verdadeira para região. Embora que, para erguimento de uma nação, Santos registre a importância de uma burguesia consciente:

A noção de formação social angolana expõe à luz vários elementos essenciais à evolução da Angola independente, como o desenvolvimento da pequena burguesia angolana, a construção da nação angolana e o povo. Esta pequena burguesia deveria desempenhar o papel de correia de transmissão e de ligação entre a sociedade colonial e as sociedades africanas. Entretanto, um tal papel, consequência de uma política de assimilação e de uma política colonial que impediu a formação de uma burguesia angolana, criou, desta forma, seu contrário. Pelo seu conhecimento de uns (racionalidade e tecnologia capitalistas) e de outros (cultura, aspirações e necessidades populares), a pequena burguesia ocupa uma posição que lhe permite mediatizar um projeto nacional. Ela é fundamental para a reprodução do sistema, ao mesmo tempo em que se transforma em seu coveiro, uma vez que deveria assumir a organização da nação. A construção da nação angolana exige a unificação e a organização do espaço herdado do capitalismo colonial e a integração das diferentes sociedades africanas, tendo por base as suas diferenças. A nação é uma condição *sine qua non* da definição de uma formação social angolana acabada. Ela compreende todo o território de Angola no momento de sua independência (compreendendo Cabinda), todas as etnias e todas as raças que compõem o povo angolano. A nação significa que o povo angolano é chamado a participar plenamente na definição de seus interesses, de suas necessidades e dos meios para obter suas satisfações e sua defesa. Este projeto nacional deve ter como base aquilo que une o povo angolano: sua história comum e suas características específicas, o pluralismo cultural e lingüístico, a produção e distribuição da riqueza, a ajuda mútua e a solidariedade. Dessa forma, os interesses nacionais não devem dividir ou separar a comunidade nacional, nem criar desigualdades econômicas e

sociais inaceitáveis para nenhum componente da nação, seja ele qual for. (SANTOS, 2001, p.107)

A transição de uma sociedade colonial para um Estado Nação, segundo Santos, tem a contribuição da burguesia, sendo ela uma correia que liga os dois tempos (colonial e nação), mas esse processo não foi realizado. Ele afirma que, no projeto de construção da nação, a participação da burguesia é incipiente. Alerta que os interesses nacionais têm que unir a população e não propiciar a separação da mesma, como aponta no texto acima. No seu artigo, o autor faz uma análise do pós-independência de Angola, o ônus para uma construção dessa jovem nação, os riscos de, mesmo na pós-independência, o país transformar-se em uma nova colônia moldada ao período atual, em que não se tem a necessidade de ocupar fisicamente um local, mas a dependência econômica faz com que o Estado fique submetido ao jugo de outro país, não permitindo a possibilidade de desenvolvimento de uma identidade nacional e perpetuando o sofrimento da população que outrora vivia em uma colônia e, agora, vive em um país livre, mas o seu modo de vida continua o mesmo.

Considerações Finais

Dentro das questões levantadas por Santos sobre a construção nacional de Angola, quais são as contribuições atuais do Brasil? Enfim, indagamos o quanto dessa referência faz parte de uma troca entre duas nações que foram espoliadas pelos países ricos, num primeiro momento por Portugal, depois pelas potências do século XX, Inglaterra, França, EUA e URSS, e mais recentemente, no século XXI, pela China. O Brasil não seria somente mais um país nesse sentido concreto, desejoso da espoliação de Angola? O que foi feito e o que está fazendo para contribuição da constituição da nação angolana que, como demonstrado, é muito recente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETO, F. de M. **Sucessores do Barão (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MARTINS, D. 30 anos da Odebrecht em Angola: entre premiações e denúncias. **Observatório da África**, Brasília, 11 jul. 2014. Disponível em: <<https://observatoriodafrica.wordpress.com/2014/07/11/30-anos-da-odebrecht-em-angola-entre-premiacoes-e-denuncias/>>. Acessado em: 05 ago. 2014.

MELO, Ovídio de Andrade. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

SANTANA, Ivo de. **A experiência empresarial brasileira na África (1970 a 1990)**. Salvador: Ponto e Vírgula, 2004.

SANTOS, Daniel dos. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, nº 1, 2001, p. 99-133.

SANTOS, José Francisco. **Angola: política externa brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo**. Salvador: Sagga, 2018.

SANTOS, José Francisco dos. **Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria**. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, PUC – SP, 2015.

SARAIVA, José Flávio S. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)**. Brasília: UNB, 1996.

VISENTINI, P. F. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.